

Lei Nº 395/2002.

Dá nova redação a lei 373/2000,
e dá uma nova denominação
ao FUNAPE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE,
Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições le-
gis, conferidas pela Lei Orgânica do Município,
faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou
e em sancionou o seguinte Projeto de lei;

TÍTULO I

DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE.

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º - O Regime de Previdência Social dos Servi-
dores Públicos do Município de Chã Grande, orga-
nizado na forma desta Lei tem por finalidade as-
segurar, mediante contribuição, aos seus beneficiários
os meios de subsistência nos eventos de incapacita-
ção, velhice, inatividade e falecimento.

Art. 2º - O Regime de Previdência Social dos Servido-
res Públicos do Município de Chã Grande, de cará-
ter contributivo e de filiação obrigatória, será mantido
pelo Município, através dos órgãos dos Poderes Legis-
lativo e Executivo, inclusive pelas suas autarquias e fun-
dações instituídas e mantidas pelo Município e pelos
seus segurados ativos, inativos e pensionistas no ter-

nos de lei específica.

Art. 3º - O Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chã Grande reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalidade de participação nos planos previdenciários;

II - ineditabilidade do valor dos benefícios.

III - vedação à criação, majoração ou extensão de qualquer benefício sem a correspondente fonte de custeio total;

IV - custeio da Previdência social dos servidores públicos municipais mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações públicas e da contribuição compulsória dos segurados;

V - subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões garantidoras dos benefícios mínimos a critérios atuariais, tendo em vista a natureza dos benefícios;

VI - valor mensal das aposentadorias e pensões não inferior ao salário mínimo;

VII - previdência complementar facultativa, custeada por contribuições adicionais.

CAPÍTULO II

Dos Beneficiários

Art. 4º - Os beneficiários do regime de previdência social de que trata esta lei classificam-se como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste Capítulo.

SEÇÃO I

Dos Segurados

Art. 5º - Consideram-se segurados obrigatórios, os servidores públicos titulares de cargos efetivos vinculados à Administração direta, autárquica e fundacional, os inativos e os pensionistas.

§ 1º - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º - Excluem-se da categoria de segurados de que trata o capítulo deste artigo, o inativo e o pensionista que na data da publicação desta lei estejam recebendo benefícios diretamente do Tesouro Municipal, bem como os servidores que nesta data tenham implementado os requisitos necessários à sua concessão.

Subseção I

Da Inscrição

Art. 6º - A inscrição do servidor junto ao regime de previdência social de que trata esta lei decorre automaticamente do seu ingresso no serviço público do Município de Chã Grande.

Parágrafo único - Os servidores municipais mencionados no art. 5º que estejam em exercício no início da vigência desta lei e regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos terão suas inscrições providas automaticamente.

Subseção II

Da Suspensão de Inscrição

Art. 7º. O segurado que deixar de contribuir para o regime de previdência de que trata esta lei, por mais de três meses consecutivos, ou seis meses alternadamente, terá seus direitos suspensos até o restabelecimento e regularização das respectivas contribuições.

Subseção III

Do Cancelamento de Inscrição

Art. 8º. Será cancelada a inscrição do segurado que, não estando em gozo de benefício proporcionado por este regime de previdência, perder a condição de servidor público do município de Chã Grande.

Seção II

Dos Dependentes

Art. 9º. Consideram-se beneficiários do regime de previdência social de que trata esta lei, na condição de dependentes do segurado:

- I- O cônjuge, a companheira ou o companheiro;
- II- O filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;
- III- Os pais

§1º A existência de dependentes mencionados nos incisos I e II deste artigo exclui do direito às prestações os dependentes previstos no inciso III.

§ 2º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filhos mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma que dispuser o Regulamento.

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada.

§ 4º União estável é aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham filhos em comum, enquanto não se separarem.

§ 5º A dependência econômica das pessoas mencionadas nos incisos I e II deste artigo é presumida, devendo ser comprovada a dos dependentes referidos no inciso III.

Subseção I Da Inscrição

Art. 10. Incumbe ao segurado a inscrição de dependente junto ao regime de previdência social de que trata esta lei a contar de seu ingresso no serviço público municipal.

Subseção II Do Cancelamento da Inscrição

Art. 11 - O cancelamento da Inscrição de dependente ocorrerá:

I - para o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio

ou sem direito a alimentos, ou em face de Certidão de anulação de casamento, separação judicial com sentença transitada em julgado, ou certidão de dote;

II- para o (a) companheiro (a) pela revogação de sua indicação (pelo (a) segurado (a) ou em face da cessação da união estável com o segurado ou segurada;

III- para os dependentes em geral, pelo falecimento.

Subseção III Da Perda de Qualidade de Dependente

Art. 19- A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I- para o cônjuge, pela separação judicial ou pelo divórcio, desde que não lhe tenha sido assegurada a percepção de alimentos, ou pela anulação de casamento;

II- para o (a) companheiro (a), quando revogada a sua indicação pelo segurado ou pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III- para o segurado judicialmente com percepção de alimentos, pelo concubinato ou união estável;

IV- para o filho não imóvel, a emancipação ou o atingimento de 21 (vinte e um) anos;

V- para os beneficiários economicamente dependentes, quando cessar essa situação;

VI- para o inválido, pela cessação da invalidez;

VII- para o dependente em geral, pelo falecimento ou pela perda da qualidade de segurado por aquele de quem depende.

CAPÍTULO III

Da Base de Cálculo das Contribuições

Art. 13- Considera-se base de cálculo das contribuições o valor constituído pelo vencimento ou subsídio de cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, das adicionais de caráter individual ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis, na forma de legislação específica, percebidas pelo segurado, excluídas:

- I- função de confiança;
- II- cargo em comissão;
- III- local de trabalho;
- IV- as diárias;
- V- a ajuda de custo;
- VI- as parcelas de caráter indenizatório;
- VII- o salário-família.

§ 1º O servidor efetivo investido em um cargo em comissão que optar, exclusivamente, pela percepção da remuneração fixada para esse cargo terá como base de contribuição previdenciária o valor da remuneração inerente ao respectivo cargo efetivo.

§ 2º Na hipótese de licenças ou ausências que importem em redução da base de cálculo das contribuições do servidor, considerar-se-á o valor que lhe seria devido caso não se verificassem as licenças ou ausências, na forma do disposto neste artigo.

§ 3º A base de cálculo das contribuições no caso de inativos e de pensionistas equivale, respectivamente, aos valores dos proventos e das pensões.

CAPÍTULO IV

Da Contagem do Tempo de Contribuição e de Serviço

Art. 14 - Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, hipótese em que os regimes de previdência social se compensarão financeiramente.

§ 1º A compensação financeira será feita junto ao regime ao qual o servidor público estiver vinculado sem que dele resulte aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes, conforme dispuser a lei.

§ 2º O tempo de contribuição previsto neste artigo é considerado para efeito de aposentadoria, desde que não concomitante com tempo de serviço público computado para o mesmo fim.

§ 3º As aposentadorias concedidas com base na contagem de tempo de contribuição prevista neste

artigos deverão evidenciar o tempo de contribuição na atividade privada ou o de contribuição na condição de servidor público titular de cargo efetivo, conforme o caso, para fins de compensação financeira.

Art. 15- O benefício resultante de contagem de tempo de serviço na forma deste Capítulo será concedido e pago pelo regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente ao servidor público ou a seus dependentes, observada a respectiva legislação.

Art. 16- Na hipótese de acúmulo legal de cargos, o tempo de contribuição referente a cada cargo será considerado isoladamente, não sendo permitida a contagem do tempo anterior a que se refere o art. 14, para mais de um benefício.

TÍTULO II

Das Prestações em Geral

CAPÍTULO I

Das Espécies de Prestações

Art. 17- O regime de previdência social de que trata esta lei, compreende as seguintes prestações:

I- quanto ao requerido:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
- c) aposentadoria voluntária por implenento de idade;
- d) aposentadoria compulsória.

II- quanto ao dependente:

a) pensão por morte do segurado;

b) pensão por desaparecimento ou ausência do segurado.

§ 1º Os benefícios serão concedidos nos termos e condições definidas nesta lei, observadas, no que couber, as normas previstas na Constituição Federal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cha Grande e legislação infraconstitucional em vigor.

§ 2º O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má-fé, implicará devolução do valor total auferido, sem prejuízo de ação penal cabível.

SEÇÃO I

Dos Benefícios

Subseção I Da Aposentadoria

Art. 18- O segurado de que trata esta lei será aposentado:

I- por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II- compulsória, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III- voluntária, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no

caso efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se o homem, e cinquenta e cinco de idade e trinta de contribuição, se mulher, com proventos integrais;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§1º O provento de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, será calculado levando-se em conta a base de cálculo das contribuições prevista no art. 13.

§2º O cálculo dos valores proporcionais de proventos a que se referem os incisos I e II deste artigo, corresponderá a um trinta e cinco anos da totalidade de remuneração do segurado na data da concessão do benefício, por ano de serviço, se homem, e ^{um} trinta anos, se mulher.

§3º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no inciso III "a", deste artigo, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§4º É verdade, a partir de 16 de dezembro de 1998, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos abrangidos por esta lei, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que preju-

liquem a saúde ou a integridade física, a serem definidos em lei complementar.

§ 5º Na hipótese do inciso I deste artigo, o servidor será submetido à junta médica oficial, que atestará a invalidez quando caracterizada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou verificada a impossibilidade de readaptação nos termos da lei.

Art. 19- A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

Art. 20- A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

§ 1º A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.

§ 3º O lapso compreendido entre a data de término da licença e a data de publicação do ato de aposentadoria será considerado como de prorrogação da licença.

§4º O ônus financeiro assim como o pagamento da licença a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo, serão de responsabilidade do Tesouro Municipal.

Subseção II Da Pensão

Art. 21- Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal, a partir da data do óbito, de valor correspondente ao do pagamento do servidor inativo ou do valor do pagamento a que teria direito o servidor em atividade, levando-se em conta a base de cálculo das contribuições previdenciárias no art. 13, na data de seu falecimento.

Art. 22- Observado o disposto no art. 9º, as pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§1º A pensão vitalícia é composta de esta ou estas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

§2º A pensão temporária é composta de esta ou estas que podem ser extinguidas ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez, emancipação ou maioridade do beneficiário.

Art. 23- Ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada em partes iguais, entre os titulares da pensão temporária.

Parágrafo único - Concedida habilitação somente à pensão temporária, o valor integral da pensão será rateado, em partes iguais, entre os que se habilitarem.

Art. 24- A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, preservando tão somente às prestações exigíveis há mais de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único - Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiário ou redução de pensão, só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.

Art. 25- Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 26- Será concedida pensão provisória por ausência ou morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I- declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente;

II- desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;

III- desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

§1º Sujitam-se a comprovação por meios legais aos casos previstos nos incisos II e III deste artigo.

§2º A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 27- A pensão pela ausência será devida a partir:

I- da declaração judicial ou sentença transitada em julgado que reconhecer o estado de ausência;

II- do acidente ou catástrofe, mediante prova inequívoca do fato judicial;

III- do 6º mês da declaração da morte presumida pela autoridade judicial competente.

Art. 28- Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de mais de duas pensões.

Seção II

Das Disposições Gerais

Art. 29- O provento de aposentadoria e as pensões não poderão exceder a qualquer título, o valor da remuneração tomado como base para a concessão do benefício ao respectivo servidor, sendo vedado o acréscimo de vantagens de caráter transitório.

Art. 30 - Além do disposto no Capítulo I deste Título, o Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itá Grande observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 31 - O tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprindo até a data de entrada em vigor desta lei, será contado como tempo de contribuições, sendo vedada qualquer forma de contagem de tempo fictício de contribuições.

Art. 32 - É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados, bem como aos seus dependentes, nas condições previstas pela legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas ou nas condições previstas na legislação vigente até 15 de dezembro de 1998, daquelas que até aquela data, tenham cumprido os requisitos para obtê-las.

Art. 33 - A partir de 16 de dezembro de 1998, a soma total dos proventos de inatividade, ainda que quando decorrentes de acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS -, e o montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição Federal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo, não poderão exceder o valor máximo

previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 34. É vedada a partir de 16 de dezembro de 1998:

I- a percepção simultânea de govenho de aposentadoria decorrente dessa lei, com remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração;

II- a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio de que trata esta lei, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal;

III- a contagem de tempo de serviço ou de contribuição em dobro, ou qualquer outra forma de contagem de tempo fictício de serviço ou contribuição.

Parágrafo único - A redação prevista no inciso I do caput deste artigo, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, segurados, que até 15 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes possibilitada a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência de que trata esta lei, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o art. 33.

CAPÍTULO II

Das Disposições Transitórias

Art. 35. Ressalvado o direito de opção pela aposentadoria prevista no art. 18, o servidor público que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na administração pública, direta autárquica ou fundacional, até 15 de dezembro de 1998, terá assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais calculados tomando-se em conta a base de cálculo das atribuições prevista no art. 13, quando, cumulativamente:

I - contar cinquenta e três anos ou mais de idade, se homem, e quarenta e oito anos ou mais de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos ou mais de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, vinte por cento do tempo que, no dia 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§1º O servidor de que trata este artigo terá direito a aposentadoria voluntária com proventos pro-

proporcionais ao tempo de contribuição, quando, cumulativamente:

I- conta cinquenta e três anos ou mais de idade, se homem, e quarenta e oito anos ou mais de idade, se mulher;

II- tiver cinco anos ou mais de efetivo, exercido no cargo em que se dará a aposentadoria;

III- contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente, no mínimo, quarenta por cento do tempo que, no dia 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite do tempo constante da alínea anterior.

§2º O valor da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor máximo que o segurado poderia obter com base na remuneração prevista no art. 13, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso III do parágrafo anterior, até o limite de cem por cento.

§3º O professor, servidor do município, incluídas suas autarquias e fundações, que, até 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma da disposto no capítulo deste artigo, terá o tempo de serviço exercido até a que

La data contada com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

CAPÍTULO III

Das Disposições Relativas às Prestações

SEÇÃO I

Do Pagamento de Benefícios

Art. 36 - Os benefícios serão pagos em prestações mensais e consecutivas até o dia 20 do mês de competência (ou dia do mês seguinte ao de competência, pelo prazo da respectiva duração).

Art. 37 - Os benefícios devidos serão pagos diretamente aos aposentados, pensionistas e aos dependentes, ressalvado o caso de menores de idade, ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando serão pagos a tutor ou a procurador, conforme o caso, sendo que para este último o mandato não terá prazo superior a seis meses, podendo ser renovado por igual período.

Parágrafo único - O benefício devido ao dependente civilmente incapaz será pago ao seu representante legal, admitindo-se, na falta deste, e por período não superior a seis meses, o pagamento a herdeiro legítimo, civilmente capaz, mediante termo de compromisso firmado no ato do reconhecimento.

Art. 38- O valor não recebido em vida pelo beneficiário só será pago a seus dependentes habilitados na forma do art. 9º, ou na falta deles, a seus sucessores na forma da lei civil, independente de inventário ou arrolamento.

Art. 39- O valor quanto ao desconto autorizado por esta lei, ou derivado da derrogação de prestar alimentos reconhecidas em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

Art. 40- Sem prejuízo do direito aos benefícios, preservarem em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, ressalvados os direitos dos incapazes ou dos ausentes na forma da lei civil.

SEÇÃO II

Do Reajustamento do Valor dos Benefícios

Art. 41- O aumento de aposentadoria e as pensões serão reajustados na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

SEÇÃO III

Da Gratificação natalina

Art. 42. A Gratificação natalina será devida aos servidores aposentados e pensionistas em valor equivalente ao respectivo benefício referente ao mês de dezembro de cada ano.

§ 1º Na hipótese da ocorrência de fato extintivo do benefício, o cálculo da gratificação natalina obedecerá a proporcionalidade da manutenção do benefício no correspondente exercício, equivalendo cada mês de serviço, ou fração de dia superior a quinze, a $1/12$ (um doze avos).

§ 2º A gratificação de que trata o capítulo deste artigo poderá ser paga antecipadamente dentro do exercício financeiro à ela correspondente, desde que autorizada pelo Conselho de Administração.

TÍTULO III

Do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Chã Grande

CAPÍTULO I

Da criação, natureza jurídica, Sede e Foro

Art. 43. Fica criado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE - CHÃ PREV, autarquia com personalidade jurídica de Direito público, integrante da administração indireta do municí-

ção, com autonomia administrativa e financeira, nos termos desta lei.

Art. 44 - O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Chã Grande - CHÃ PREV, tem sede e foro na Cidade de Chã Grande.

Art. 45 - O CHÃ PREV, é o órgão responsável pela administração do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Chã Grande, com base nas normas gerais de contabilidade e atuação de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, bem como gerir os seus recursos financeiros.

Art. 46 - O prazo de sua duração é indeterminado.

Art. 47 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será levantado o balanço do Instituto.

Art. 48 - Compete ao CHÃ PREV, contratar instituição financeira oficial para a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, das exigibilidades relativas aos programas previdencial e de investimento, dos fundos dos referidos programas, custódia dos títulos e valores mobiliários, bem como da gestão previdenciária relativamente à concessão, manutenção e cancelamento dos benefícios de aposentadoria e pensão, atualização e administração do Cadastro Social e financeiro dos servidores, além de gerir a folha de pagamento dos beneficiários de que trata esta lei, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO II

Dos Órgãos

Art. 49 - A estrutura técnico-administrativa do CHÃ PREV compõe-se dos seguintes órgãos:

- I - Conselho de Administração;
- II - Diretoria Executiva; e
- III - Conselho Fiscal.

§ 1º Não poderão integrar o Conselho de Administração, Diretoria Executiva ou o Conselho Fiscal do CHÃ PREV, ao mesmo tempo representantes que guardem entre si relação conjugal ou de parentesco, consanguíneo ou afim até o segundo grau.

§ 2º Os representantes que integrarão os órgãos de que trata o capítulo deste artigo, serão escolhidos dentre pessoas de reconhecida capacidade e experiência comprovada, preferencialmente com formação superior em uma das seguintes áreas: seguridade, administração, economia, finanças, contabilidade, engenharia e direito, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 3º Sem prejuízo da permanência no exercício do cargo até a data de investidura de seus sucessores, que deverá ocorrer até trinta dias contados da data da designação, os membros dos órgãos terão seus mandatos cessados quando do término do mandato do chefe do Poder Executivo que os designou.

Seção I Do Conselho de Administração

Art. 50- O Conselho de Administração, órgão de deliberação e orientação superior do CHÃ PREV, ao qual incumbe fixar a política e diretrizes de investimentos a serem observadas.

Art. 51- O Conselho de Administração será composto de 7 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 2 (dois) designados pelo chefe do Poder Executivo, 2 (dois) pela chefia do Poder Legislativo, 2 (dois) pelos servidores ativos e 1 (um) pelos servidores inativos.

§ 1º Os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração serão nomeados pelo chefe do Poder Executivo.

§ 2º O Presidente do Conselho e seu suplente, serão nomeados pelo chefe do Poder Executivo, dentre os indicados pelo Poder Executivo.

§ 3º Ficando vaga a presidência do Conselho de Administração, caberá ao chefe do Poder Executivo designar outro membro para exercer as funções e preencher o cargo até a conclusão do mandato.

§ 4º No caso de ausência ou impedimento temporário do membro efetivo do Conselho de Administração, este será substituído por seu suplente.

§ 5º - No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá o cargo até a conclusão do mandato, cabendo ao órgão ou entidade ao qual estava vinculado o ex-conselheiro, ou ao representante do servidor ativo ou inativo, se for o caso, indicar o novo membro suplente para cumprir o restante do mandato.

§ 6º - O Conselho de Administração reunir-se-á, mensalmente, em sessões ordinárias e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) e seus membros ou pelo Conselho Fiscal.

§ 7º - O quorum mínimo para instalação do Conselho é de 5 (cinco) membros.

§ 8º - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por, no mínimo, 5 (cinco) votos favoráveis.

§ 9º - Perderá o mandato o membro do Conselho que deixar de comparecer as duas sessões consecutivas ou a quatro alternadas, sem motivo justificado, a critério do mesmo Conselho.

§ 10º - Os membros do Conselho de Administração bem como os respectivos suplentes não receberão qualquer espécie de remuneração ou vantagem pelo exercício da função.

Subseção I
Da Competência do Conselho de
Administração

Art. 52. Compete, privativamente, ao Conselho de Administração:

- I- aprovar e alterar o regimento do próprio Conselho de Administração;
- II- estabelecer a estrutura técnico-administrativa do CHÂ PREV, podendo, se necessário, contratar entidades independentes legalmente habilitadas;
- III- aprovar a política e diretrizes de investimentos dos recursos do CHÂ PREV;
- IV- participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos;
- V- autorizar o pagamento antecipado da gratificação natalina;
- VI- estabelecer normas gerais de Contabilidade e atuária, de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto;
- VII- autorizar a aceitação de doações;
- VIII- determinar a realização de inspeções e auditorias;
- IX- acompanhar e apreciar, através de relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos presidenciais;
- X- autorizar a contratação de auditores independentes;
- XI- apreciar e aprovar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado, podendo, se for necessário, contratar auditoria externa;

- XII- estabelecer os valores mínimos em litígio, acima dos quais será exigida ajuízo prévia do Procurador Geral do Município;
- XIII- elaborar e aprovar seu Regimento interno;
- XIV- autorizar a contratação de que trata o art. 48;
- XV- autorizar a Diretoria Executiva a adquirir, alienar, hipotecar ou gravar com quaisquer ônus reais ou bens imóveis do CHÃ PREV, bem como prestar quaisquer outras garantias;
- XVI- apreciar recursos interpostos dos atos da Diretoria Executiva,

Subseção II

Das Atribuições do Presidente do Conselho de Administração

Art. 53- São atribuições do Presidente do Conselho de Administração:

- I- dirigir e coordenar as atividades do Conselho;
- II- convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho;
- III- designar o seu substituto eventual;
- IV- encaminhar os balanços mensais, o balanço e as contas anuais do CHÃ PREV, para deliberação do Conselho de Administração, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal, do Atuarial e da Auditoria Independente, quando for o caso;
- V- avocar o exame e a solução de quaisquer assuntos pertinentes ao CHÃ PREV;
- VI- praticar os demais atos atribuídos por esta Lei como de sua competência.

Seção II

Da Diretoria Executiva

Art. 54- A Diretoria Executiva é o órgão superior da administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Chã Grande - CHÃ PREV.

Art. 55- A Diretoria Executiva será composta de um Diretor-Presidente, de um Diretor de Previdência e Atuária e de um Diretor Administrativo - Financeiro, nomeados pelo chefe do Poder Executivo, dentre pessoas qualificadas para a função e com a necessária habilitação profissional, sendo escolhidos entre os servidores eseritos no regime de que trata esta Lei desde que conte, no mínimo, 10 (dez) anos de efetivo exercício em cargo público e detenham conhecimento compatível com o cargo a ser exercido, reservando-se ainda o disposto no § 2º do art. 49.

1º - O Diretor-Presidente será substituído, nas ausências ou impedimentos temporários, pelo Diretor de Previdência e Atuária, sem prejuízo das atribuições deste cargo.

2º - O Diretor de Previdência e Atuária e o Diretor Administrativo-Financeiro serão substituídos, nas ausências ou impedimentos temporários, por servidor designado pelo Diretor-Presidente, sem prejuízo das atribuições do respectivo cargo.

3º - Em caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, caberá ao chefe do Poder Executivo

nomear o substituto, para cumprimento do restante do mandato do substituído.

Art. 56 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, ou extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor - Presidente.

Seção III Das Competências

Art. 57 - Compete à Diretoria Executiva:

I - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e a legislação da Presidência Municipal;

II - submeter ao Conselho de Administração e política e diretrizes de investimentos das reservas garantidoras de benefícios do CHÃ PREV;

III - decidir sobre os investimentos das reservas garantidoras de benefícios do CHÃ PREV, observada a política e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;

IV - submeter as contas anuais do CHÃ PREV, para deliberação do Conselho de Administração, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, do Atuário e da Auditoria Independente, quando for o caso;

V - submeter ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e a Auditoria Independente, balan-

cos, balançetes mensais, relatórios semestrais da posição em títulos e valores e das reservas técnicas, bem como quaisquer outras informações e demais elementos de que necessitarem no exercício das respectivas funções;

VI- julgar recursos interpostos dos atos dos prepostos ou dos segurados inscritos no regime de previdência de que trata esta lei;

VII- expedir as normas gerais reguladoras das atividades administrativas do CHA PREV;

VIII- decidir sobre a celebração de acordos, convênios e contratos em todas as suas modalidades, inclusive as prestações de serviços por terceiros, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Art. 58- Ao Diretor - Presidente compete:

I- cumprir e fazer cumprir a legislação que compõe o regime de previdência de que trata esta lei;

II- convocar as reuniões da Diretoria, presidir e orientar os respectivos trabalhos, mandando lavrar as respectivas atas;

III- designar, nos casos de ausências ou impedimentos temporários dos Diretores de Previdência e Atuária e do Administrativo - Financeiro, os servidores que os substituirão;

IV- representar o CHÃ PREV, em suas relações com terceiros;

V- elaborar o orçamento anual e plurianual do CHÃ PREV;

VI- constituir comissões;

VII- celebrar e rescindir acordos, convênios e contratos em todas as suas modalidades, inclusive a prestação de serviços por terceiros, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;

VIII- autorizar, conjuntamente com os Diretores, as aplicações e investimentos efetuados com os recursos do Instituto e com os do patrimônio geral do CHÃ PREV, observado o disposto no art. 50;

IX- auocar o exame e a solução de quaisquer assuntos pertinentes ao CHÃ PREV.

Art. 59- Ao Diretor de Presidência e Atuaría compete:

I- conceder os benefícios previdenciários de que trata esta lei;

II- promover os reajustes dos benefícios na forma do disposto nesta lei;

III- administrar e controlar as ações administrativas do CHÃ PREV;

IV- praticar os atos referentes à inscrição no Cadastro de segurados ativos, inativos, dependentes e pensionistas, bem como à sua exclusão do mesmo cadastro;

V- acompanhar e controlar a execução do plano de benefícios deste regime de previdência e do respectivo plano de custeio atuarial, assim como as respectivas reavaliações;

VI- gerir e elaborar a folha de pagamento dos benefícios;

VII- aprovar os cálculos atuariais;

VIII- substituir o Diretor - Presidente nas ausências ou impedimentos temporários.

Art. 60- Ao Diretor Administrativo-Financeiro compete:

I- controlar as ações referentes aos serviços gerais e de patrimônio;

II- praticar os atos de gestão orçamentária e de planejamento financeiro;

III- controlar e disciplinar os recebimentos e pagamentos;

IV- acompanhar o fluxo de caixa do CHA PREV, zelando pela sua solvabilidade;

V- coordenar e supervisionar os assuntos relacionados com a área contábil;

VI- avaliar a performance dos gestores das aplicações financeiras e investimentos;

VII- elaborar política e diretrizes de aplicação e investimentos dos recursos financeiros, a ser submetido ao Conselho de Administração pela Diretoria Executiva;

VIII- administrar os bens pertencentes ao CHÃ PREV;

IX- administrar os recursos humanos e os serviços gerais, inclusive quando prestados por terceiros.

Seção IV Do Conselho Fiscal

Art. 61- O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Chã Grande - CHÃ PREV.

Art. 62- O Conselho Fiscal será composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo 2 (dois) designados pelo Poder Executivo, 1 (um) pelo Poder Legislativo, 1 (um) pelos servidores ativos e 1 (um) pelos servidores inativos.

§ 1º- Exercerá a função de presidente do Conselho Fiscal um dos conselheiros efetivos eleito entre seus pares.

§ 2º- No caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho Fiscal será substituído pelo conselheiro que for por ele designado.

§ 3º Ficando vaga a presidência do Conselho Fiscal, caberá aos conselheiros em exercício eleger, entre seus pares, aquele que preencherá o cargo até a conclusão do mandato.

§ 4º No caso de ausência ou impedimento temporário de membro efetivo do Conselho Fiscal, este será substituído por seu suplente.

§ 5º No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, o respectivo suplente assumirá o cargo até a conclusão do mandato, cabendo ao órgão ou entidade ao qual estava vinculado o ex-conselheiro, ou ao representante do servidor ativo ou inativo, se for o caso, indicar novo membro suplente para cumprir o restante do mandato.

§ 6º Perderá o mandato o membro efetivo do Conselho Fiscal - que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas, sem motivo justificado, a critério do mesmo conselho.

§ 7º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre civil, ou extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por, no mínimo, dois conselheiros.

§ 8º O quorum mínimo para instalação de reunião do Conselho Fiscal é de três membros.

§ 9º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por, no mínimo, três votos favoráveis.

§10º Os membros do Conselho Fiscal não receberão qualquer espécie de remuneração ou vantagem pelo exercício da função.

§11º Os procedimentos relativos à organização das reuniões e ao funcionamento do Conselho Fiscal encontram-se dispostos no respectivo regimento interno.

Seção V

Da Competência do Conselho Fiscal

Art. 63 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - eleger o seu presidente;
- II - elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Fiscal;
- III - examinar os balanços e balanços do CHÃ PREV, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros;
- IV - examinar livros e documentos;
- V - examinar quaisquer operações ou atos de gestão do CHÃ PREV;
- VI - emitir parecer sobre os negócios ou atividades do CHÃ PREV;
- VII - fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor;
- VIII - requerer ao Conselho de Administração, caso necessário, a contratação de assessoria técnica;
- IX - lavrar as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos;
- X - remeter, ao Conselho de Administração, parecer sobre as contas anuais do CHÃ PREV, bem como dos balanços;

- XI - praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização;
- XII - sugerir medidas para sanar irregularidades encontradas.

Parágrafo único - Compete ao Presidente do Conselho Fiscal convocar e presidir as reuniões do Conselho.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e das Recitas

Art. 64 - O patrimônio do CHÃ PREV é autônomo, livre e desvinculado de qualquer fundo do município e será constituído de recursos arrecadados na forma do art. 67 e direcionado exclusivamente para pagamento de benefícios previdenciários aos beneficiários mencionados no art. 4º.

Parágrafo único - O patrimônio do CHÃ PREV, será formado de:

- I - bens móveis e imóveis, valores e rendas;
- II - os bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados e transferidos;
- III - que vierem a ser constituídos na forma legal.

Art. 65 - A inobservância do disposto neste capítulo constituirá falta grave, sujeitando os responsáveis às sanções administrativas e judiciais cabíveis previstas em lei federal.

Art. 66 - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ou destinar, pelas modalidades previstas em lei,

Bens móveis ou imóveis do CHÃ PREV.

Seção Única Origens dos Recursos

Art. 67- Os recursos do CHÃ PREV originam-se das seguintes fontes de custeio:

I- contribuições sociais do município de Chã Grande, bem como por seus Poderes, suas autarquias e por suas fundações públicas empregadoras;

II- contribuições sociais dos segurados;

III- rendimentos das aplicações financeiros e de demais investimentos realizados com as receitas previstas neste artigo;

IV- aluguéis e outros rendimentos não financeiros do seu patrimônio;

V- bens, direitos e ativos transferidos pelo município ou por terceiros;

VI- outros bens não financeiros cuja propriedade lhe for transferida pelo município ou por terceiros;

VII- recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços ao município ou a outrem;

VIII- verbas oriundas da compensação financeira para os benefícios de aposentadoria e pensão entre os regimes previdenciários na forma da legis-

lação específica;

IX - dotações orçamentárias;

X - transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento do Município;

XI - doações, legados, auxílios, subvenções e outras rendas extraordinárias ou eventuais;

XII - Outras rendas, extraordinárias ou eventuais.

Parágrafo único - As contribuições e quaisquer outras impositâncias devidas ao CHA PREV por seus segurados serão arrecadadas, mediante desconto em folha, pelos órgãos responsáveis pelo pagamento de pessoal, e por estes recolhidas ao Instituto.

Art. 68 - Sem prejuízo de sua contribuição estabelecida nesta lei e das transferências vinculadas ao pagamento das aposentadorias e das pensões, no Município poderá propor, quando necessário, a abertura de créditos adicionais visando assegurar ao CHA PREV alocação de recursos orçamentários destinados à cobertura de eventuais insuficiências financeiras reveladas pelo plano de custeio.

Art. 69 - Sem prejuízo de deliberação do Conselho de Administração, e em conformidade com a lei nº 4.320/64 e alterações subsequentes, o CHA PREV poderá aceitar bens imóveis e outros ativos para compor seu patrimônio, desde que precedido de avaliação a cargo de empresa especializada e legalmente habilitada.

Parágrafo único - Verificada a viabilidade econômico-financeira apurada no laudo de avaliação, o Conselho de Administração terá prazo de sessenta dias para deliberar sobre a aceitação dos bens oferecidos.

Art. 70 - Observadas as normas gerais da lei de licitações, a alienação de bens imóveis, com ou sem benfiteria, integralizados ao patrimônio do CHÃ PREV, deverá ser precedida de autorização do Conselho de Administração.

Parágrafo único - A alienação não poderá ser, a cada ano, superior a 15% (quinze por cento) do valor integralizado em bens imóveis.

CAPÍTULO IV

Das Aplicações Financeiras

Art. 71 - As aplicações das reservas técnicas garantidoras dos benefícios previdenciários de que trata esta lei serão efetuadas em conformidade com a política e diretrizes de aplicação dos recursos financeiros do CHÃ PREV aprovada pelo Conselho de Administração, de modo a garantir a otimização da combinação de riscos, rentabilidade e liquidez.

Parágrafo único - A política e diretrizes de investimentos dos recursos financeiros do CHÃ PREV serão elaboradas em observância às regras de prudência estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 72- Ao Instituto é vedado:

I- a utilização de bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive ao município, a entidades da administração direta e aos respectivos segurados;

II- atuar como instituição financeira, bem como prestar fiança aval, ou obrigá-lo por qualquer outra modalidade.

CAPÍTULO V

Plano de Custeio

Art. 73- O Regime de Previdência estabelecido por esta lei será custeado mediante recursos de contribuições do município de Chã Grande, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações e dos Segurados ativos, inativos e pensionistas bem como assim por outros recursos que lhe forem atribuídos, na forma das Seções I e II, deste Capítulo.

Parágrafo único - O plano de custeio descrito no capítulo deste artigo deverá ser revisado, a cada exercício, objetivando atender às limitações impostas pela legislação vigente.

Seção I

Contribuições do Segurado

Art. 74- Constituirá fato gerador das contribuições para o regime de previdência do município, a percepção efetiva ou a aquisição por estes

da disponibilidade econômica ou jurídica de remuneração, a qualquer título, inclusive de subsídios, oriundos dos corpos públicos municipais ou das autarquias e das fundações públicas, tomando-se como base de cálculo as parcelas previstas no art. 13.

§ 1º A contribuição mensal dos segurados para o regime de previdência de que trata esta lei, obedecerá, para efeito de incidência, alíquota estabelecida por intermédio de cálculo atuarial, conforme definido em lei específica.

§ 2º Para o cálculo das contribuições incidentes sobre a gratificação natalina, será observada a mesma alíquota.

§ 3º Fica dispensado da contribuição para o regime de previdência de que trata esta lei, o segurado que completando as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade.

§ 4º No caso de inexistência ou suspensão de remuneração, caberá ao segurado a obrigação de recolhimento diretamente ao CHA PREV das contribuições pessoais e patronais, considerando a base de cálculo prevista no art. 13.

SEÇÃO II - Da Contribuição do Município

Art. 15 - A Contribuição do Município de Chã Grande, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações, para o CHA PREV, não poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do segurado.

Parágrafo único - A alíquota de contribuição de que trata o capítulo deste artigo será estabelecida por meio de cálculo atuarial e constará de lei específica.

Art. 76 - O município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras apuradas atuarialmente no regime de previdência, na forma da lei Orçamentária Anual.

Art. 77 - O aporte adicional previsto atuarialmente, assim como as transpências referentes a amortização de eventuais débitos verificados no regime de previdência do município, não serão computados para efeito da limitação de que trata o art. 75.

Parágrafo único - O déficit atuarial apurado na data de criação do CHA PREV poderá ser amortizado em até trinta e cinco anos, cujo saldo remanescente será atualizado pela variação do IGP-DI ou índice de atualização dos tributos municipais, verificada entre a data da apuração e do efetivo recolhimento, acrescidos da taxa de juros reais de 6% (seis por cento) ao ano.

Art. 78 - A contribuição social do município, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações públicas, para o CHA PREV serão constituídas de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO VI

Da Arrecadação e Recolhimento das Contribuições

Art. 79- A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições ou de outras importâncias devidas ao regime de previdência do município pelos segurados, pelo ente público ou pelo órgão que promover a sua retenção, deverão ser efetuados ao CHÁ PREV até o quinto dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do respectivo fato gerador.

Art. 80- O encarregado de ordenar ou de supervisionar a retenção e o recolhimento das contribuições dos segurados devidos ao regime de previdência do município criado por esta lei que deixar de os reter ou de os recolher, no prazo legal, será dejetiva e pessoalmente responsável, na forma prevista no artigo 135, incisos II e III, do Código Tributário Nacional, pelo pagamento das contribuições e das penalidades cabíveis, sem prejuízo da sua responsabilidades administrativas, civil e penal, pelo ilícito que eventualmente tiver praticado e da responsabilidade do Poder, órgão autônomo, autarquias ou fundações públicas municipais a que for vinculado por essas mesmas contribuições e penalidades.

Art. 81- Mediante acordo celebrado com o município contendo cláusula em que seja autorizada, quando houver inadimplência deste por prazo superior a 30 (trinta) dias, a retenção do fundo de Participação dos municípios - FPM e repassado ao Instituto o valor correspondente às contribuições sociais e seus devidos acréscimos legais.

Art. 82- As contribuições pagas em atraso ficam sujeitas à atualização pelo índice de correção dos tributos municipais, além da cobrança de juros de mora de 1% (um por cento) por mês de atraso ou fração e multa de 2% (dois por cento), todos de caráter irrevocabél, sem prejuízo da responsabilização e das demais penalidades previstas nesta lei e legislação aplicável.

CAPÍTULO VII

Da Taxa de Administração

Art. 83- A taxa de administração para custeio do regime próprio de previdência a ser definida em lei específica, não poderá exceder a 2% (dois por cento) do valor total da remuneração dos servidores do município.

TÍTULO IV

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 84- Na hipótese de extinção do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do município de Chã Grande, o Tesouro Municipal assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção desse regime.

Art. 85- Ao servidor que tiver sua inscrição cancelada conforme disposto no art. 8º, será forne-

eido, pelo Instituto, Pertidão de Tempo de Contribuição na forma da Legislação vigente.

Art. 86- O município é responsável pelo pagamento dos benefícios concedidos até a data de entrada em vigor desta lei e daqueles cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados até esta data, além das pensões decorrentes desses benefícios.

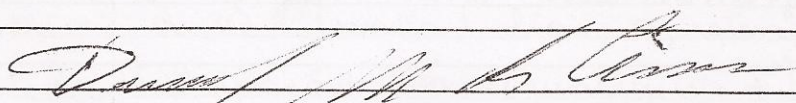
Parágrafo único - Os encargos totais dos benefícios de que trata o capítulo deste artigo são de responsabilidade do Tesouro Municipal até sua extinção.

Art. 87- Lei específica disporá sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos municipais, observado o conteúdo nos §§ 14, 15 e 16 do art. 40 e no art. 220, da Constituição Federal e Legislação infraconstitucional correlata.

Art. 88- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 89- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de fevereiro de 2002.



DANIEL ALVES DE LIMA

- PREFEITO -